

ENSINO DE HISTÓRIA E CURRÍCULO: ENTREVISTA COM CLÁUDIA SAPAG RICCI

Artur Nogueira Santos e Costa¹

Em 17 de fevereiro de 2016, a seção de Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH-MG), realizou, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em Uberaba-MG, a Jornada de Ensino de História, com discussão sobre o texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular da disciplina de História. Nessa ocasião, a professora Cláudia Sapag Ricci, componente de uma das mesas de debate e atual assessora do Ministério da Educação no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular na área de História, concedeu a entrevista que se segue. Nessa entrevista, ela destaca pontos relevantes para se compreender a formulação do documento, bem como tangencia o debate atual sobre ensino de História, a partir de sua experiência e atuação profissional.

ARTUR: Professora, a senhora pode começar falando um pouco sobre a sua trajetória, a sua atuação na área do ensino, da escola?

CLÁUDIA: Sou paulista, de Tupã, município do interior de São Paulo. Estudei, na grande parte da minha trajetória escolar, em escola pública. Naquele momento ainda não tinha como plano fazer História. Comecei fazendo Serviço Social, em 1980, em Bauru, acerca de 200 km da minha cidade natal, mas interrompi em menos de um ano. No mesmo ano, decidi fazer História motivada por um grupo de amigos que fazia leituras e discussões. Concluí o curso, entre 1981 e 1984, na Unesp, a Universidade Estadual Paulista, em Assis. Foi um período muito interessante, de uma renovação historiográfica que chegava até

¹ Mestrando em História na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, com orientação da Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos. Desenvolve pesquisa sobre ensino de História, currículo e escola pública.

a gente através de professores recém-formados, que atuavam lá na Unesp, como Kazumi Munakata, Zélia Lopes da Silva, Amneris Maroni e José Carlos Barreiro. Nós, estudantes, tínhamos grupos de estudo, com leituras, discussões e também participação política. Era o momento da chamada redemocratização, no qual lutávamos muito por uma maior participação política. Quando eu fiz o estágio em uma escola de Assis, em uma das disciplinas ditas pedagógicas, eu reparei que a professora havia se formado na Unesp também, assim como a maioria dos professores das escolas públicas de Assis e região. Eles tinham sido formados onde eu estava fazendo a minha graduação e eles repetiam o que até então a gente tinha passado os três anos criticando, o que me causou um estranhamento. Eu queria entender como essa distância entre a universidade e a escola era formada. Isso era 1982, 1983, início dos anos 80. O que fazia a universidade renegar a sua “paternidade”? Desde o primeiro momento ouvíamos críticas: “olha, o que vocês aprenderam tem muito equívoco, é tudo ideológico”. E, após quatro anos, esse aluno, agora professor continuava fazendo a mesma coisa? Queria entender o que acontecia. Então, comecei a estudar sobre essa relação escola e universidade. Num trabalho final de uma das disciplinas, analisei algumas tirinhas da Mafalda sobre essas relações dentro da escola. E, outra questão começou a me chamar a atenção, que são os recursos e material didáticos.

Já no final de 1984, fui pra São Paulo, me casei, assumi aulas em algumas escolas e sempre procurei estar na escola, na época de 1o e 2o graus, hoje na educação básica. Quando fiz o mestrado, na PUC São Paulo, já tinha lido muita coisa da professora Déa Fenelon e fui uma de suas alunas em Núcleo de Pesquisa. Minha orientadora, a professora Antonieta Antonacci, participou da equipe que elaborou a proposta curricular da CENP, de São Paulo. Essa proposta foi muito importante, significativa pela discussão que provocou, dentro e fora das escolas e universidades, sobre Ensino de História. Na época, as autoras foram sabatinadas na Assembleia Legislativa de São Paulo e o jornal Estadão publicou editoriais criticando, dizendo que a proposta “ia fazer a cabeça das crianças, impondo o comunismo”.

A minha trajetória acadêmica foi seguindo esse rumo, ou seja, estudar e pesquisar questões sobre o Ensino de História. O doutorado, já morando em Belo Horizonte, fiz na USP e trabalhei com a questão da formação do professor de História. E o Pós-Doutorado, em 2014, na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, teve como tema a representação de alunos e professores sobre o Brasil e a colonização. Ao pesquisar sobre o que pensam sobre o Brasil e a colonização, apliquei questionários a alunos portugueses e brasileiros, entrevistei professores portugueses e brasileiros e analisei livros didáticos portugueses e brasileiros quando tratam dessa questão. Nessa pesquisa, acabei retomando questões sobre o currículo de História, foco do mestrado. A minha trajetória foi sempre nesse rumo.

Desde 1997, sou professora da UFMG. O concurso foi no departamento de História da FAFICH, pois sou professora da carreira de terceiro grau, com exercício no Centro Pedagógico, um colégio de aplicação. No Centro Pedagógico (CP), desde o início, atuei em sala de aula, na gestão, na coordenação pedagógica e na vice-direção. O CP é uma escola que propicia muita discussão, não só da História, do Núcleo com colegas da área de História, mas da Educação de maneira geral. E também desenvolvemos, há algum tempo, projetos relacionados ao ensino de História no LABEPEH, que é o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História, da Faculdade de Educação e do Centro Pedagógico, da UFMG.

ARTUR: Entendi. E a sua ida pro Centro Pedagógico foi uma opção ou o concurso se remetia a isso?

CLÁUDIA: O edital do concurso já era assim. Foi um concurso realizado pelo Departamento de História da FAFICH, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, e a vaga era, já, pro Centro Pedagógico. Então, no edital já estava previsto isso. Atualmente, somos seis professores, no Centro Pedagógico, da carreira de terceiro grau. Alguns da Faculdade de Educação, uma da Educação Física, outra da Letras, mas o exercício de todas é no Centro Pedagógico.

ARTUR: E a senhora participou, acho que como assessora,

do CBC² de Minas Gerais, não é?

CLÁUDIA: Sim, com a professora Lana Mara Castro Siman, especialmente nos anos iniciais. Fizemos um trabalho bastante interessante que incluiu a discussão e, depois, a formação dos professores. E eu participei mais da elaboração dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

ARTUR: Certo. Eu pesquisei um pouco aquele material e eu sempre procurei saber, mas não tem muita informação disponível, como foi o processo, quais as pessoas que participaram. O texto introdutório, informa que algumas escolas entraram etc. A senhora se recorda um pouco disso?

CLÁUDIA: Participei em alguns momentos dos projetos de reformulação curricular. No final da década de noventa, da formação de professores a partir do “Projeto Piloto de Inovação Curricular e Capacitação de Professores do 2º Ciclo de Ensino Fundamental da Rede Pública de Minas Gerais”, com uma equipe coordenada pela professora Regina Helena, da FAFICH. E, no início dos anos 2000, colaborei, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a equipe coordenada pela professora Lana Mara, atualmente na UEMG e na época, professora da FAE/UFMG. Foi um período de elaboração dos documentos e formação docente, pois havia encontros com os professores em exercício na rede. Agora eu não saberia precisar como foram esses encontros, quando... Mas teve esse ir e vir, muitas vezes, junto aos professores. Eram grandes grupos de professores, e aí a gente fazia trabalhos de discussão de cada um desses anos, das etapas da proposta.

ARTUR: Depois que ingressei no mestrado, no ano passado, realizei algumas entrevistas com professores de escolas públicas de Uberlândia. Alguns relatos revelam que aquele material limita a autonomia, ou que eles não podem trabalhar com determinados conteúdos porque precisam cumprir com aquela proposta. Como que você vê isso hoje?

² Os CBC são os Conteúdos Básicos Comuns – proposta curricular do Estado de Minas Gerais.

CLÁUDIA: Eu lembro que, na sequência do CBC, houve uma produção de itens de avaliação. Inclusive, lembro que muitos professores em exercício na rede de ensino produziram esses itens. Havia essa articulação entre o material elaborado e uma produção de itens que geraria, depois, uma verificação se os conteúdos estavam sendo trabalhados. A partir do momento em que esses itens passam a ser os objetivos do ensino, há uma limitação da autonomia na decisão do que e quando ensinar. Eu não participei e nem acompanhei esse momento. A minha participação nesse processo se deu colaborando na elaboração do documento e nos encontros de discussão e formação com os professores. Fiquei sabendo de resistência a esse controle via comentários de colegas que atuavam na rede pública estadual em reuniões do LABEPEH.

ARTUR: Mas, pensando assim, do lugar de uma professora da educação básica, como pesquisadora do ensino de história, como é que você lê esse material, aquela proposta, enfim, o que ele traz enquanto conteúdos?

CLÁUDIA: Na verdade, a ideia sempre é de subsidiar. É um pouco como eu vejo a Base Nacional Curricular Comum, hoje. É como um referencial, e que passa a ser muito complicado na medida em que ele é único e que passa a ser uma prescrição que tem que ser cumprida à regra, sem margem para transposições. Cito um conceito criado por Nóvoa³, que gosto muito: transposição deliberativa. Fiz uma entrevista com ele, há algum tempo, em São Paulo. Ele estava no Brasil participando de uma série de eventos e disse que ao invés de transposição didática, cujo significado remete a uma ideia de mera aplicação do que é formulado por um outro, geralmente da universidade, estava usando e preferindo a ideia de transposição deliberativa, na medida em que o professor faz escolhas, recortes e redimensionamentos sobre

³ António Nóvoa - professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra e doutor em História pela Universidade de Paris IV-Sorbonne. Sua tese de doutorado constitui-se em um estudo sobre o desenvolvimento da profissão docente e marcou sua posição no campo da história da Educação.

o que propõe o currículo prescrito. Eu concordo absolutamente e gosto desse termo. Acredito muito nesse empoderamento do docente. O professor faz escolhas a partir do momento em que vê uma proposta curricular, um material didático. Ele define como abordar. A partir do momento em que ele tem uma formação e um conhecimento, vou chamar conhecimento histórico e entenda-se uma formação bastante sólida; e sólida não é só na história, na historiografia, mas o que o campo educacional tem nos ensinado, o que a psicologia e o desenvolvimento tem nos ensinado, o docente fará recortes, escolhas. E, nesse sentido, é um combate, é uma luta que ele tem que travar no cotidiano, no ser professor. Apesar de saber das inúmeras dificuldades, não considero que seja algo imaginário. Acredito muito porque temos experiências de docentes que, apesar de tudo sinalizar para o contrário, conseguem desenvolver trabalhos significativos - e isso não é de agora. A década de 1980 é fértil nesse sentido. Essas experiências, de certa forma, estão presentes nas propostas e nos processos de reformulação curricular que aconteceram no Brasil. Porque eram experiências, por exemplo, com utilização de outros recursos didáticos, como filmes ou vídeos. É claro que hoje há uma série de outras mídias e, inclusive, críticas da forma como algumas eram e são utilizadas. Mas a inserção desse tipo de materiais, muitos deles não produzidos para a escola, em aulas de História foi iniciativa de muitos professores da rede, que buscavam e buscaram alternativas, têm clareza do que desejam alcançar e do potencial do ensino de história. Então, eu acredito muito no poder de quem está atuando, mesmo que a intenção, muitas vezes, tenha sido, ou ainda seja, o controle.

ARTUR: Entendi. Agora, trazendo um pouco para o tema que está mais na pauta, que é a Base Nacional Curricular. O convite foi feito para você mais ou menos na metade do ano passado, não é? Você pode dizer como é que foi feito, como é que chegaram até seu nome?

CLÁUDIA: Havia uma equipe mais reduzida de assessores da SEB/MEC que iniciou o trabalho no começo de 2015 e que iniciou a análise das propostas curriculares. Das propostas curriculares de História, há o texto elaborado pelo professor Carlos, da Bahia,

que, por questões familiares, deixou de participar. A primeira etapa do trabalho dessa equipe foi analisar as propostas em curso no país - atualmente todas estão no Portal da BNC. O primeiro encontro da equipe de assessores e os 116 especialistas ocorreu em junho, nos dias 14, 15 e 16. Foi a primeira vez que todos - assessores e especialistas - se encontraram. O convite que recebi foi para participar desse evento, como especialista. Fui convidada, por telefone, pela professora Hilda Micarello da UFJF, coordenadora da BNC, para ser uma das especialistas da área de história. Ela disse que meu nome havia sido indicado por já ter participado como pesquisadora e colaboradora de processos de reformulação curricular. No encontro, houve uma apresentação geral, com a presença do ministro e representantes do Conselho Nacional de Educação, CONSED e UNDIME, e trabalho em grupo, por área de conhecimento. Já, no início dos trabalhos da área de Ciências Humanas, houve um estranhamento da ausência de assessoria de História, pois havia somente assessores de Geografia, a professora Marisa Valadares da UFF e de Sociologia, o professor Marcelo Burgos da PUC/RJ. Durante esse encontro, o professor de Filosofia Edgar Lira, da PUC/RJ, e eu, passamos a compor a equipe de assessoria da área de Ciências Humanas. Tenho doutorado, participo de processos de reformulação curricular ou de outras políticas do MEC, como o PNAIC, o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio. O convite foi feito nesse formato e acabei aceitando.

ARTUR: E os outros nomes, como é que foi?

CLÁUDIA: Os especialistas foram indicados pelo CONSED e/ou UNDIME⁴. Quem acompanha esse processo é o professor Ítalo Dutra da Diretoria de Currículos e Educação Integral da SEB/MEC. Atuar como professor da rede e/ou nas secretarias de educação, estadual ou municipal, participando de processos de reformulação curricular, eram os critérios. Na equipe de História, já estavam os especialistas, professores de universidade, professor Giovani Jose da Silva da Universidade Federal do Amapá e o

⁴ CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação. UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

professor Leandro Mendes Rocha da Universidade Federal de Goiás. Como assessora, tive a prerrogativa de compor a equipe convidando professores universitários, pesquisadores da área. Fiz vários convites - alguns aceitos, outros não. Convidei os professores Marcos Silva, da USP, pesquisador de Ensino de História e assessor da Proposta Curricular da CENP/SP na década de oitenta, e a professora Sandra Oliveira, da Universidade Estadual de Londrina, pesquisadora do campo Ensino de História, especialmente dos anos iniciais do ensino fundamental. Na portaria que nomeia os 116 especialistas consta os nomes deles. A professora Sandra, depois, decidiu não permanecer. Na época, eu estava conversando muito com o professor Paulo Melo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, porque a gente tinha acabado de organizar o dossiê sobre formação de professores de História e pedi ajuda na indicação de pesquisadores. Foi quando ele me disse que estava, junto com a professora Circe Bittencourt (USP), escrevendo a Base Curricular para o secretário Mangabeira Unger da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Então, convidei os professores Itamar Freitas da UNB, Mauro Cezar Coelho da UFPA e a professora Margarida Dias da UFRN. O convite foi feito na ANPUH, em julho, em Florianópolis, quando eu e o professor Giovani Silva apresentamos o processo de constituição da equipe e elaboração da BNC. O professor Itamar e a professora Margarida desenvolvem pesquisa sobre propostas curriculares de História para os anos finais do ensino fundamental. Inclusive, repassei aos especialistas aquele texto⁵ deles, no encontro de junho, quando eles ainda nem participavam da equipe. E o professor Mauro Coelho, também uma indicação do Paulo Melo, estava assumindo o GT de Ensino de História e Educação da ANPUH e tinha atuado na Editoria da Revista da ANPUH⁶. Pensei que seria um bom diálogo com a própria ANPUH.

⁵ OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Currículos de História e expectativas de aprendizagem para os anos finais do ensino fundamental no Brasil (2007-2012). *Revista História Hoje*, ANPUH/Brasil, v. 1, p. 1, 2012.

⁶ A referência é a Revista História Hoje – Revista de História e Ensino, publicação da ANPUH/Brasil.

ARTUR: Professora, de acordo com seus conhecimentos, qual é a importância, especificamente para a área de História, de existir uma Base Nacional Comum?

CLÁUDIA: É a garantia do direito. Eu foco muito nisso, que qualquer aluno, seja de qualquer lugar do nosso país, de qualquer rede, classe social, que ele, os professores dele, os pais, e a sociedade civil de maneira geral, saibam o que tem direito de aprender. Eu não tenho um pingão de ingenuidade de achar que é isso o que ele vai aprender. Quem está em sala de aula, quem é professor, sabe como que é difícil... Não é possível garantir *a priori* a aprendizagem. Como professores da educação básica, elaboramos instrumentos avaliativos para tentar ver se a aprendizagem ocorreu ou não. Ou seja, a Base não é garantia da aprendizagem, mas é a garantia do direito de aprender. Claro que tudo tem a ver com o contexto. Tivemos a mesma celeuma com os livros didáticos. Tínhamos livros didáticos com erros crassos, não só na área de história. E, com o Plano Nacional do Livro Didático, com toda a polêmica, vemos, hoje, uma garantia de um material minimamente de qualidade nas escolas. Acreditávamos que o vestibular nunca fosse acabar. E, com o Enem, está acabando. Não está perfeito, longe disso. Não dá para simplesmente acabar. A Base não é o currículo, nem vai padronizar os fazeres em sala de aula. É um currículo proposto, prescrito. Acho que ela já cumpriu um importante papel, o de colocar o assunto em pauta. Está todo mundo discutindo o currículo de História. Olha que interessante. Então, é nesse sentido, pensar a Base como um direito do aluno. É direito. E, se o professor achar que tem que ter mais, tem a parte diversificada do currículo.

ARTUR: E se a gente precisar, digamos assim, dizer qual é a “base da Base” na área de História, por onde é preciso caminhar?

CLÁUDIA: É em um sentido de incentivar o raciocínio histórico, que tem como eixo os sujeitos, as temporalidades e o processo histórico. Como um sujeito que, nesse momento, está em uma das escolas brasileiras, habitando o Brasil, precisa conhecer minimamente quem são os habitantes desse país, as relações e interfaces com outros lugares e em outros tempos, porque não é possível só olhar agora. É a essência do ensino de história ver a

ação dos homens através dos tempos. Para que possamos, então, nos conhecer. Eu acredito que é esse o eixo central.

ARTUR: E, se a gente for pensar em termos legais, o que é que diferencia a Base dos PCNs, por exemplo?

CLÁUDIA: Os PCNs não foram aprovados como a Base Nacional Comum Curricular, segundo texto de Macedo⁷ e depoimentos de membros do Conselho Nacional de Educação da época. Está previsto em lei, que a Base tem que passar por uma consulta pública, para ser normatizada pelo conselho, e os parâmetros não foram. Eles não foram entendidos como essa parte comum do currículo, e sim, como parâmetros.

ARTUR: Professora, uma questão que vem sendo discutida, inclusive foi colocada no debate hoje de manhã, mas que eu gostaria de retomar: você, enquanto pesquisadora do movimento de organização do currículo da CENP, em São Paulo na década de 1980, e, agora, compondo a assessoria da Base, nota alguma relação entre esses processos?

CLÁUDIA: Artur, só para situar: em 1980, eu era mestranda. Eu acompanhei o processo de discussão da proposta da CENP como pesquisadora e a minha orientadora, professora Maria Antonieta Antonacci da PUC/SP, era uma das pessoas da equipe elaboradora. Então, essa é uma principal diferença. Hoje, estou na assessoria e estou na equipe elaboradora. A professora Célia Calvo, hoje de manhã, pontuou muito bem. Tem semelhanças, mas tem muitas diferenças. O contexto político de quase trinta anos atrás com o que a gente vive hoje. Estávamos num momento de efervescência política, no sentido de maior participação e democratização. O contexto é completamente diferente, o contexto político. Em 1980, foram as primeiras eleições diretas para governo de Estado, depois de um longo período de eleições indiretas. Após 1979, houve o fim do bipartidarismo e a sociedade respirava mais. É um pouco o que sinaliza o título do livro de

⁷ MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 136, out./dez. 2015, p. 891-908.

Éder Sader⁸, “quando novos personagens entram em cena”. Os professores experimentavam - mesmo que fossem técnicas, metodologias - críticas ao livro didático. Era um outro contexto, muito, muito, muito diferente. Hoje, alguns avaliam que não teria pior momento pra gente fazer esse tipo de discussão curricular. Por que isso? Porque há na sociedade um discurso muito agressivo, muito acirrado, de uma contraposição direita/esquerda, de um ultraconservadorismo. Então, pra dar uma ideia, de junho de 2015 até agora, temos vivenciado situações muito tristes. Tem o Projeto de Lei Escola sem Partido sendo aprovado em vários lugares. Na discussão dos Planos Municipais de Educação, em várias cidades, foram retirados trechos referentes a diversidade e gênero. Há artigos sobre a Base e sobre o componente História na Base que revelam ausência de leitura do documento, com afirmações preconceituosas do tipo “estão substituindo o avanço, o desenvolvimento europeu, pra colocar o atraso africano”. E, muitas vezes, são textos de colegas, professores universitários ou fonte das grandes mídias. Parece que não há nem constrangimento em apresentar tanto preconceito. Nesse sentido, o contexto é muito diferente. Tem semelhanças? Tem, porque na história é isso, temos as mudanças, mas há também as permanências. Há inclusive, artigos na Revista da ANPUH com reprodução de editoriais e artigos sobre a proposta de história da CENP, com acusações semelhantes. Não podemos esquecer nunca que currículo é, e acho que sempre será, um campo de disputas, uma guerra das narrativas.

ARTUR: Uma última pergunta, professora: falando do seu lugar, enquanto professora e historiadora, como é que você avalia o campo do ensino de História, hoje, seja no campo da formação, seja enquanto área de pesquisa, ou nas práticas de sala de aula?

CLÁUDIA: Eu acho, Artur, que, nesses 30 anos, o campo cresceu. Ele se consolidou. Temos dois eventos, o Pesquisadores e o Perspectivas do Ensino de História, temos uma associação

⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 .

criada de pesquisadores e de professores que pensam, que estudam, que vivenciam o ensino de História. Houve um crescimento e ele é significativo, inclusive possibilitando linhas de pesquisa. O Estado da Paraíba foi pioneiro há alguns anos. A Pós-graduação criou uma linha de pesquisa em ensino de História. Isso, 30 anos atrás, era impensável. Como fruto de um projeto de pesquisa desde 2006, estamos agora disponibilizando um Portal Observatório de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de História, que revela como é significativo o crescimento, quantitativo e qualitativo, de produções, de pesquisas sobre o ensino de História e suas várias facetas. Vários são os recortes das pesquisas, desde análises de livro didático, políticas nacionais e seus usos em sala de aula; consciência histórica, aprendizagem histórica, relação professor/aluno... Ao longo dos anos, os recortes foram mudando, assim como os substratos teóricos também. Há tempos, um dos descritores era “novas linguagens”; atualmente, muitas pesquisas sobre a legislação que prescreve o estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena, por exemplo. Então, isso tudo é um campo que está, claro, se movimentando, vivo e se consolidando.

ARTUR: Mais alguma coisa, professora?

CLÁUDIA: Só quero me colocar à disposição para continuarmos conversando. Qualquer dúvida que você queira esclarecer, você tem meu *e-mail* e, na medida do possível, vamos manter contato.

ARTUR: Muito obrigado, professora Cláudia.

Uberaba, 17 de fevereiro de 2016.